

# **A mulher e a ciência na sociedade escravocrata: Análise de convergências e divergências entre o pensamento teórico sociológico de Heleieth Saffioti e Marianne Weber**

**Sarah Fernandes Nascimento**

(PPGS/UFMG - Mestranda - CAPES)

**Rafael Quirino Oliveira Gonçalves**

(PPGS/UFMG - Mestrando - FAPEMIG)

**Rafaela da Cunha Pinto**

(PPGS/UFMG - Doutoranda - CAPES)

## **1. INTRODUÇÃO**

A identificação do lugar da mulher e do feminino como espaço e acesso de poder é a discussão central em Saffioti e Marianne Weber. O poder em Saffioti é o patrimonial-econômico e em Marianne Weber é o conhecimento. Certamente, esse paralelo só pode ser concebido ao verificar que ambas as autoras se propõem a fazer um caminho de análise sócio-histórica na qual se propõe a tratar de ciência e o papel feminino da mulher na sociedade de classes. Ao realizar essa comparação, em resumo, compreende-se que de uma visão geral, é visto o papel feminino a partir da ótica de poder político, científico, social está associado ao feminino e tem como a proposta de identificar o espaço de poder da mulher na constituição dessa sociedade. Portanto, ao realizar essa comparação, compreendemos visões distintas, que o papel feminino, objeto de análise das duas, assume diferentes perspectivas quanto ao acesso de espaços de poder e seu desdobramento na constituição dessa sociedade do século XVIII e XIX.

Para aprofundar nesse amplo esboço generalizado, esse trabalho irá se propor a demonstrar: (i) diferenças e similaridade na análise histórica-social da mulher; (ii) escolha do espaço de análise ciência vs classe/economia; (iii) o feminino e a noção de mulher na análise; (iv) assimetria e desigualdades de gênero apontadas; e (v) conclusões sobre a questão da mulher nessas análises. A partir disso, o texto da Saffioti será o guia referencial comparativo para esse processo de análise do lugar da mulher na sociedade de classe brasileira em comparação com a mulher na ciência com foco na sociedade Europeia.

## 1.1 Análise sócio-histórica

Há um caminho de uma análise sócio-histórica em localidades e tempos diferentes sobre a posicionalidade feminina. Ao iniciar pelo texto da Saffioti, há uma breve revisão sobre o papel de poder da mulher, sobre a instrução da mulher, a mulher no mercado de trabalho e o feminismo. Há uma ampla análise histórica e, posteriormente, sociológica por meio de dados que evidenciam e apontam a posicionalidade feminina em uma sociedade de classe. A fim de aprofundar nessa análise, cabe retomar o caminho feito pela autora sobre o que ela compreende como sociedade de castas e sociedade de classes, bem como compreende o lugar da mulher nesse local a partir dessa análise histórica.

A construção textual da Saffioti é pautada na identificação de elementos históricos que apontaram para a construção de uma sociedade patrimonialista-patriarcal. A partir da noção de dominação, a autora argumenta que essa é a estrutura de dominação da sociedade brasileira. Nesse sentido, há uma construção argumentativa em que a Saffioti defende o caráter pecuniário ou econômico como base das relações. Seria, segundo a autora, esse fator econômico que torna negociável a liberdade e, portanto, possibilita a ascensão social individual diferentemente daquilo que é percebido em uma sociedade de castas. Nesta análise, a questão escravocrata-senhorial no Brasil teria inconsistências de um sistema de castas, não sendo possibilitada a perpetuação de um comportamento padrão desse tipo de sociedade. A partir desse ponto desdobramento que é trazido o conceito de sociedade de classes.

Para compreender a leitura que Saffioti faz sobre as possibilidades de mudança social para as mulheres, é necessário observar seu ponto de partida, a formação da sociedade brasileira. A autora identifica que em comparação a outras sociedades que viveram sistemas tradicionais como o feudalismo, o caso brasileiro se distingue por ter sido colônia, portanto há intrinsecamente um valor pecuniário nos indivíduos, o que se diferencia de outras sociedades que passaram pelo processo de feudalismo, revolução burguesa e capitalismo, nesse sentido, a autora elabora sua teoria identificando que o indivíduo no Brasil poderia ter acesso a mobilidade social de acordo com suas posses.

Em uma sociedade de classes, diferentemente de uma sociedade de castas, o fator predominantemente determinante para a divisão social é a condição econômica de um indivíduo. Assim sendo, “[...] a cor e, portanto, a raça desempenham meramente a função de

símbolo da condição econômica dos indivíduos” (p. 88). Nesse processo argumentativo, já há uma virada do que seria o papel da mulher nessa sociedade de classes. Previamente indica que “No que tange aos papéis femininos, essa inconsistência cultural do sistema de castas no Brasil teve consequências de ordens diversas.” (p. 88). É nessa síntese, que a autora já aponta o caráter corrosivo da posição da mulher negra, uma vez que havia uma função de exploração sexual estabelecida pelo caráter escravista e, por consequência, a posição da ama de leite para continuidade dessa exploração. Portanto, o corpo do feminino é o ponto de discussão central desta primeira fase da análise da posição da mulher a partir do contexto escravista.

Heleieth Saffioti mescla analiticamente a teoria do patriarcado com a de classes sociais. Dessa forma, ela aponta que patriarcado é pode ser entendido como parte ou segmento do sistema capitalista, situando-o como um antecedente do capitalismo.

Para construção e demonstração do lugar da mulher nesse contexto escravista há uma construção argumentativa do lugar da mulher num tipo ideal de família centrada na casa grande, o papel da mulher branca e o papel da mulher negra. Desde a construção da imagem da mulher branca descuidada e protetora exacerbada do conservadorismo até a mulher negra que não teria destino após a abolição da escravatura a não ser a prostituição. Nesses polos, a autora argumenta que por mais que a mulher branca tivesse algum poder, ele seria uma transferência do patriarca, visto que não era uma escolha própria, mas condicionada. Semelhantemente, aponta que a efetivação do fazer algum tipo de mudança social não seria possibilitada à mulher, pois estava apenas possibilitado ao homem viajar para descobrir ou desbravar e importar conhecimento e criar algum tipo de possibilidade de mudança política.

Saffioti elabora suas críticas às visões estereotipadas da mulher branca e negra apresentando as condições a que essas mulheres eram subjugadas. As brancas casavam muito cedo, com vinte anos era considerada solteirona, ou seja o casamento e a vida do lar eram o centro da vida da mulher branca, isso ao olhar da autora condicionava à dominação do marido ou pai, a alternativa eram os conventos, essa perspectiva mudou apenas no século XIX com o crescimento da urbanização, processos educativos e a abolição da escravidão, apesar de avanços provocados pelas mudanças econômicas o contexto social e a estrutura patriarcal e patrimonial permaneciam.

A noção de instrução feminina se inicia por meio dos jesuítas com fins de mantimento do *status quo* e com foco na catequização. Cabia à mulher o papel de tímida e humilde, portanto,

havia um desprezo e total dissociação ao conhecimento feminino nos séculos XVI e XVII. Já no século XVII, os conventos se tornaram um local de acesso ao conhecimento feminino. Contudo, no século XIX, há um retorno dessa noção visto que o conhecimento trouxe algum tipo de emancipação dessas mulheres, de modo que o governo dificulta a instalação de conventos. A chegada da corte portuguesa muda um pouco o cenário, entretanto, mantém o foco em uma educação feminina doméstica e do cuidado, sendo costura, religião etc. Havia o envio domiciliar de senhoras portuguesas e francesas, mas não foi algo proliferado para o ensino comum.

Com a expulsão dos jesuítas, apenas em 1823, a constituição prevê o direito de acesso ao conhecimento pela mulher por meio do ensino primário foi estendido como universal e gratuito a todos os cidadãos. As escolas eram divididas por gênero e, conseqüentemente, havia um processo de desmantelamento das escolas femininas. Saffioti apresenta uma sequência vasta e aprofundada desse processo de luta política de um acesso à educação de qualidade. Nesse ponto, tendo em vista o contexto brasileiro, sabe-se que há mais mulheres hoje com ensino superior comparado aos homens e, semelhantemente, a mulher tende a ser um papel de destaque em sua jornada escolar principalmente em escolas públicas. Há uma reviravolta nessa mudança da percepção da educação e escolarização feminina ao longo do tempo que surpreende tendo em vista o cenário que até 1930 não havia um coeficiente alto de mulheres em espaços de ensino superior e universitários.

Sendo o baixo nível de instrução ainda defendido, visto que estava associado com a moral ou uma preservação familiar e que também a mulher teria uma “inferioridade mental em relação ao homem” (p. 112). Em uma conjuntura única, os católicos se tornam a vanguarda da defesa pela liberdade educacional. A constituição da República possibilita alguns acessos e a autora apresenta alguns quadros de 1929 e 1930 do contexto educacional daquele período no Brasil e no estado de São Paulo. Há algumas conclusões: concentração feminina nos cursos “Faculdades de Farmácia e, em segundo lugar, nas de Medicina e Odontologia” (p. 121); ensino técnico/profissional datilografia e taquigrafia; ensino secundário teve incorporação do ensino comercial; o ensino profissional normal possui o maior contingente de mulheres. Em 1955, 28,21% das mulheres eram analfabetas, comparado a 23,44% dos homens. Contudo, visto a mudança na estrutura educacional, já se viam diversas mulheres incorporadas à estrutura do mercado de trabalho.

Saffioti faz o clássico movimento de análise de ciclo de vida. É apresentado o aporte histórico, político e social do contexto. Além disso, aponta a estrutura educacional e os dados vinculados à associação empírica da explanação teórica. Agora parte para a mulher brasileira no mercado de trabalho e suas funções. A atividade feminina estava mais que consolidada no Brasil, conforme relata “Em 1872, [...] as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação, sendo que 33% desse total de mulheres se ocupavam no setor de serviços domésticos.” (p. 132). Sabe-se que foi relegado às mulheres o papel do cuidado (doméstico), sem instrução e acesso, o espelho em ocupações de baixo retorno salarial trata-se de uma consequência. A autora faz uma sequência dessa mudança ao longo do tempo e chega à 1920 com alguns quadros que apontam a diferença salarial por sexo que é uma questão abarcada até a atualidade em demandas políticas vistas em diversos contextos profissionais. Nesses quadros, vê-se de maneira evidente a discrepância salarial em cargos iguais.

Para apontar o caminho de solução desse problema, que era ainda maior naquele período, Saffioti mostra que o movimento da luta política feminista surgiu no contexto brasileiro com reivindicações. A questão central para a autora ainda é centrada na questão de classe, a mulher também se posiciona em um lugar de mais que uma questão de gênero, está completamente associada à sociedade de classes. Por meio desse caminho conduzido, compreende-se que a sociedade de classe posiciona a mulher, bem como o negro, como um fator agregador para a construção de uma camada desigual. Visto que há uma centralidade feminina na construção argumentativa, é visto que a constituição da sociedade de classes tende a desfavorecer institucionalmente e a luta de equiparação, assim como a reivindicação de direitos é necessária.

Ao trazer o paralelo com a Marianne Weber, há uma similaridade na escolha de análise, todavia, o foco da análise é outro. Enquanto, Saffioti traz um tom geral ou global da condição feminina na sociedade brasileira, Weber aponta para uma narrativa que evidencia a mulher num espaço de poder, relevância e centralidade nas ciências. Assim como em Saffioti, Marianne Weber atribui à palavra o processo de aprendizagem. No contexto brasileiro, o percentual de mulheres analfabetas era altíssimo, portanto, pode ser associado a um projeto de poder de não repasse do conhecimento conforme apontado pelas autoras.

Ainda assim, Weber mostra que há uma limitação de acesso às oportunidades por meio do feminino ao longo da história na Europa, bem como aponta Saffioti no Brasil. Apesar disso,

em ambas as análises há expoentes femininos que se destacam na contramão do contexto esperado para seu tempo. As análises são divididas em três tempos históricos, na Marianne Weber é antiguidade, idade média, renascimento e contemporaneidade. Em Saffioti, inicia-se em colônia, império e República. Nessa estratégia, utiliza-se dessa divisão para uma análise ampla e com uma noção cronológica. A partir desses pontos apresentados, essa análise possibilitou uma visão ampliada e extensa sobre os contextos apresentados.

## **1.2 Objeto de análise**

Por mais que o enfoque da análise histórica-social seja ampla, conforme supracitado, as autoras optam por narrativas distintas. Para tratar um pouco mais sobre essas narrativas e compreensão das escolhas para reforço da tese de cada uma, será evidenciada o ponto central ou o cerne da mensagem do texto, a seleção dessas duas autoras foi feita a partir do critério de análises de pioneiras que são estudadas periféricamente sobre interpretações teóricas. No geral, Marianne Weber realiza a jornada narrativa com o apontamento para como as mulheres foram omitidas do campo do saber ao longo da questão histórica na Europa. Sendo assim, mostra que há mulheres em toda a história na Europa que estão em espaços de conhecimento e que eram autoridades na construção de conhecimento e ciência. Contudo, para além disso, a direção leva para a reflexão teórica sobre o processo de socialização feminina e como o feminino possibilita acesso à espaços de conhecimento que o masculino não conseguiria acessar. Mais que isso, para a autora, as ciências sociais é esse espaço de localidade. Dessa maneira, a posição feminina na condição de acessibilidade de locais únicos na construção do saber, aponta para uma limitação masculina e para a denúncia de que se apenas o conhecimento produzido por homens, há uma limitação inata na produção do saber.

Essa limitação na construção de saber centralizada no olhar masculino evidência que há muito mais conhecimento a ser explorado e trazido à luz por meio da retomada histórica na investigação da produção de conhecimento produzido por mulheres e inclusão dentro do ambiente acadêmico. Nesse sentido, a movimentação de Marianne Weber era política. Pois demonstra que havia um apagamento daquilo que é produzido por mulheres e o quanto o olhar histórico, bem como a escolha de inclusão de textos em grade é política. A noção de que ao feminino ficaria relegado um determinado tipo de conhecimento é falsa, visto que as mulheres se destacam em áreas diversas. Portanto, a escolha de dar à luz ou não é política e por isso a

autora opta por falar da ciência como um recorte de análise, uma vez que cumpre um objetivo dentro do propósito central.

Diferentemente, em Saffioti, há um apontamento que evidencia as condições de subalternidade feminina ao longo do contexto brasileiro. O ponto principal para Saffioti é evidenciar que em uma sociedade de classes a mulher não deixa de estar no papel de submissão completa e como essas dinâmicas vão se adaptando ao longo do tempo apesar da incorporação de conquistas políticas. É importante mencionar que explicar que o Brasil é uma sociedade de classes é o objetivo primordial de Saffioti. Mas, mais que isso, a autora demonstra o lugar da mulher e sua posição de poder nessa sociedade, para reforçar a disparidade de gênero que é discrepante no Brasil. Para demonstrar essa assimetria, a autora opta por demonstrar dois caminhos: a escolaridade e a remuneração. A escolaridade está associada à introdução no mercado de trabalho, por conseguinte, à remuneração que é o indicador de pecuniário. Sendo o fator pecuniário o grande fator estruturante da sociedade de classes, compreende-se que é o indicador de poder nesse tipo de sociedade, e as mulheres foram afastadas e impedidas de ascender em determinados espaços. Logo, o fator central de distribuição de poder nessa sociedade é a economia e a hipótese central de desmantelamento do acesso feminino ao espaço de poder é demonstrada.

Nesse sentido, Marianne Weber e Saffioti tratam sobre o poder e a distribuição dele. Os acessos e a construção desse debate é similar, mas partem de campos diferentes que, ao mesmo tempo, podem ser similares. Pela instrução há um compartilhamento de visão de que seria por meio do conhecimento que a mulher irá conquistar equivalência em relação ao homem e, portanto, é a possibilidade de redução da assimetria e atingimento de equidade em relação a estrutura de dominação de poder masculina. Portanto, a questão optarem pelos espaços de análises descritos, nos aponta um objetivo comum de denúncia à estrutura assimétrica infavorável à mulher. Todavia, o percurso analítico das duas se baseia em origens teóricas distintas, uma sendo marxista, e outra, de uma ética protestante e da filosofia fichtiana. Nesse sentido, enquanto Saffioti via a estrutura econômica e social como condição fundante do casamento e seu impacto para a desigualdades de sexos, Marianne percebe o casamento como fonte de possibilidade para a conquista de direitos das mulheres.

### **1.3 Feminino**

Quanto ao feminino e a noção de feminilidade, as autoras seguem construções diversas dada a análise sócio-histórica. Em Marianne Weber não há uma pretensão de narrar o que seria o feminino, entretanto, ver-se uma necessidade de evidenciar o quanto a feminilidade se difere da masculinidade, principalmente no campo do saber. Nesse sentido, é importante associar que o feminino não estava somente atrelado ao campo da subserviência, mas também aos lugares e espaços de poder, como na construção do conhecimento dentro das artes, da matemática e das ciências diversas como física, química e biologia.

Ao construir o feminino e determiná-lo como uma questão, que foi ter passado por um apagamento histórico, uma vez que, conforme evidenciado pela autora, havia diversas cientistas e produtoras de conhecimento ao longo da história, é necessário trazer à tona todas essas autoras para uma construção de uma frente do saber também com a percepção foi feminina. Sendo assim, essa percepção feminina vai para além de uma questão que vem na comparação de gênero e sim como algo que consegue acessar novos lugares diferentemente daquilo que é percebido pela masculinidade. Talvez uma leitura rasa e rápida, pode-se associar a isso a uma ideia naturalista. Contudo, a autora trabalha muito bem essa questão da feminilidade com foco na percepção do fazer científico e por meio desses acessos. As mulheres conseguiriam identificar e trazer à tona questões que não são feitas pelo conhecimento desenvolvido pela masculinidade, que é e o que era o conhecimento canônico respeitado naquele período. Portanto, seria apenas metade do conhecimento conforme supracitado. Por fim, a construção da feminilidade vem a partir da noção de que há mulheres e há um espaço para mulher, porém esse espaço é silenciado. E é um espaço a ser explorado, pois ele diverge do fazer científico masculino, talvez divergir não é a palavra certa no caso, seria complementar ao espaço de conhecimento, uma vez que era o tipo de conhecimento vigente e inexplorado.

Em Saffioti, há uma noção de construção da feminilidade, desde a mulher negra até a mulher branca nesses espaços. A mulher branca tinha dificuldades de aparecer no campo das ciências. Apesar de sempre esteve na participação dos processos científicos, desde a antiguidade clássica, na realização de diversas etapas na Europa. Entretanto, olhando essa invisibilização da mulher na ciência, e pensando soluções para isso, ainda se invisibiliza a participação da mulher negra em diversos contextos ligados. Enquanto Marianne Weber olha pra essa questão, Saffioti mostra a relação da mulher negra no período da escravidão no Brasil, como além da produção de bens e mercadorias, entra uma função sexual. Com o uso de seu corpo para prazer do senhor

escravo, que colocava essa pessoa em uma posição fluida dentro do sistema de classe do Brasil colonial.

Há um estereótipo de mulher branca que vivia na casa grande com cabelos desgrenhados também citado acima, contudo, diferentemente das percepções que se tinham de espaço dessas mulheres como poder é demonstrado que o poder dessas mulheres estava associado aos homens e como também elas estavam sujeitas a uma perspectiva de subserviência e, por consequência, não tinham personalidade própria nesse sentido. Essas mulheres eram consideradas como grandes protetoras da moral e dos bons costumes. Já as mulheres negras desse outro ponto seriam prostitutas. O seu corpo era público estava disponível a todo tipo de acesso. Nesse sentido, a feminilidade, para o Saffioti, pode ser dividida por raça/cor, uma vez que elas são divididas em locais diferentes, portanto, Saffioti leva em conta que há uma questão de raça/cor nitidamente intrincada nesse papel, apesar de não fazer o uso de palavras como interseccionalidade ou cruzamentos, mas ela entende esse papel da mulher negra dentro dessa sociedade.

Desse modo, por mais que Saffioti, faça essa construção ao longo do tempo, é perceptivo que em dado momento esses dados viram uma coisa. Só que tanto a mulher negra quanto a mulher branca são tratadas com uma mesma entidade e ao longo da leitura do texto, há como se não houvesse essa desagregação, ou seja, os dados, eles são referentes a principalmente a questão de gênero não se tratando mais sobre uma questão racial. Apesar de ter trazido essa construção feita inicialmente em sua análise do ponto de vista sócio-histórico. O feminino, ele pode ser associado à uma figura que inicialmente se dividiria, mas se une e em uma posição de servência que cuida e procura por direitos. E se não fosse por essa luta feminista, não haveria a feminilidade, tal como compreendemos hoje no contexto brasileiro.

Ao unir essas duas perspectivas de feminilidade ou gênero das autoras, é visto que ambas têm percepções diversas de como se dá a noção de feminilidade ou do ser mulher, tanto no espaço de conhecimento quanto na obtenção e mantimento de poder para acessos. Por exemplo, no caso de Weber bastante condicionado ao matrimônio. Desse modo, sabe-se que ambas tendiam a falar do feminino, visto que era algo a ser tratado, uma vez que há sim papéis de gêneros evidentes e que há relações divergentes ou diferentes dentro de uma mesma sociedade e, portanto, da luz e trazer à tona a noção de feminilidade num contexto de assimetria. Nesse sentido, apesar de geografias diferentes e momentos históricos, podemos enquadrar em

um olhar analítico perspectivas similares da construção do feminino e seus impactos nas mulheres.

#### **1.4 Assimetria**

Para além da noção de feminilidade, as autoras falam muito sobre a questão de assimetrias e desigualdades em relação ao gênero masculino no qual o homem tem determinado o acesso maior comparado à mulher. Portanto, para tratar um pouco mais sobre isso o conceito de assimetria e desigualdade é trazido à tona diversas vezes em ambas as literaturas. Exemplo disso é quando Saffioti faz uma comparação quantitativa e também na sua análise sócio-histórica, há relatos evidentes do como essa estrutura patriarcal funciona. No mesmo sentido, Marianne vê e demonstra em sua análise, a fim de apontar que o espaço do conhecimento é relegado apenas ao masculino e pouco dito ao feminino, como se houvesse apenas uma parte desse conhecimento que deve ser priorizada ou atendida. Por mais que a noção de assimetrias e desigualdades foram tratadas num contexto de identificação de poder, cabe aqui mencionar, se há para além de uma estratégia de narrativa, um estudo sociológico dessa perspectiva assimétrica, então o conceito de poder em dominação necessariamente é trazido à tona constantemente em ambas as autoras.

Para falar um pouco mais sobre isso, cabe retomarmos o texto de Marianne Weber que retrata sobre essa construção ao longo do tempo e pouco falou sobre a noção de assimetria. Não há uma questão trazida por Marianne Weber sobre essa perspectiva conceitual, entretanto, traz à tona uma outra noção que seria referente ao descolamento dos espaços de poder no caso acadêmico deste local. Assim como já mencionado outras vezes ao longo desse texto, a noção de distanciamento ou apagamento também não são conceitos evidenciados no texto da autora. A jornada e trajetória de elaboração textual caminha para essa noção de discrepância de acessos e desigualdade no poder. Portanto, se há um desnivelamento de acessos a um espaço considera-se e, portanto, pode ser evidenciado como um fator de assimetria e, portanto, de desigualdades.

Em Saffioti conceito de desigualdade e assimetria, ele traz à tona todo momento desde o processo de construção sócio-histórica até a comparação empírica de dados de 1929 em 1930 nos estados de São Paulo e no Brasil. A conceituação de assimetria percorre os lugares de uma jornada um ciclo de vida do sujeito, que é muito conhecido e abraçado dentro da sociologia brasileira. Estudos sociológicos focados na análise desigualdades usam e fazem valer a

metodologia que nos demonstra essa construção de um sujeito, ou melhor, de uma mulher que está passando por um ciclo de vida, mesmo que de uma maneira ampla. Portanto, a noção de desigualdades em Saffioti, ela é evidenciada e trazida em um modelo metodológico evidente e muito conhecido pela sociologia brasileira.

Ao comparar e juntar ambas as autoras nesse conceito de assimetria e desigualdade, há uma diferenciação dada ao contexto no qual ambas estavam envolvidas, sendo Saffioti no Brasil e Marianne Weber na Europa. Não há uma comparação direta da metodologia das autoras. Portanto, trata-se, inclusive, de uma questão metodológica científica dentro da sociologia. A noção de desigualdade e a assimetria é uma construção em ambas perspectivas apesar de não fazer uso metodológico.

## **2. CONCLUSÃO**

Para finalizar o texto, para além de uma perspectiva metodológica, por fim, a questão feminina. A questão da mulher ressaltada é evidenciada a todo momento nos textos, conforme já dito, é uma escolha política, a fim de demonstrar a discrepância em relação ao gênero em ambos os contextos, seja no Brasil, seja na Europa. A relação levantada nesses textos foram relações de cunho observacional e, portanto, o vínculo vem a partir da análise de uma leitura aprofundada de ambos os textos. Nesse sentido contextualmente, pode ser que tal análise escape devido a uma noção que é diferenciada conceitualmente dado ao contexto localizado em um ambiente ou no outro.

Nessa leitura, a hipótese principal é de que o ponto hegemônico das autoras é a discussão sobre poder por mais que poder em ambas as autoras sejam tratadas de maneira diversa, trata-se da identificação e da localização do espaço da mulher em uma sociedade. Falar sobre poder sobre disputas de poder é um tema caro à sociologia, como sabemos que desde Durkheim, Marx e Weber, todos eles tratam sobre a temática e é um tema caro também a política nesse sentido, quando estamos falando de apontamentos de desiguais, e a busca na luta por direitos. Cabe-se, de maneira necessária, demonstrar evidentemente essa discrepância, essa desigualdade por meio de dados e, por meio de uma análise sócio-histórica muito bem construída assim como é demonstrado pelas autoras. Este ensaio visou observar as nuances entre as obras das autoras Marianne Weber e Heleieth Iara Bongiovani Saffioti que demonstram alto grau de análise teórica focada em gênero e a partir de uma análise histórica aprofundada.



## REFERÊNCIAS

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.199-395.

WEBER, Marianne. **La participación de la mujer en la ciencia**. In: WEBER, Marianne. La mujer y la cultura moderna: tres ensayos. Calí: Archivos del Índice, 2007, p. 60-79.